

## **6 – Finanças Públicas**

### **6.1 – Arrecadação de ICMS**

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, deverá crescer 8,6% em 2011<sup>1</sup> sobre o saldo de 2010, conforme visualizado na Tabela 1, com variação real<sup>2</sup> de 1,8%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo deve crescer, no mesmo período, 4,8% em termos reais ou 11,8% nominais. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil é uma aproximação razoável da relação entre o PIB do Nordeste e o do Brasil, espera-se que a região nordeste apresente um crescimento em seu PIB um pouco maior que o do PIB nacional. As projeções da equipe BNB/Etene de conjuntura econômica realmente apontam para isso, fato que deve permanecer no período 2012 - 2014.

Os crescimentos mais significativos do ICMS, com taxas acima da média da região e do país, devem ocorrer nos estados do Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com destaque para Pernambuco, onde a expectativa é de um aumento de 20,8%. Por sua vez, Sergipe e Alagoas devem ser registrar os menores avanços da região, esperando-se uma pequena contração (1,1%) da arrecadação alagoana, quando comparada com 2010.

---

<sup>1</sup> A equipe BNB/Etene de conjuntura econômica fez previsões para a arrecadação de novembro e dezembro de 2011.

<sup>2</sup> O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA (índices médios de 2010 e 2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Tabela 1 – Arrecadação de ICMS (R\$ milhões)**

Estados/ Região	Janeiro - Dezembro					
	2010	Part. %	2011	Part. %	Var. %	Var. Real % <sup>1</sup>
Alagoas	2.080	0,8	2.058	0,7	-1,1	-7,2
Bahia	12.143	4,5	13.116	4,5	8,0	1,3
Ceará	6.149	2,3	6.821	2,3	10,9	4,0
Maranhão	2.948	1,1	3.393	1,2	15,1	7,9
Paraíba	2.526	0,9	2.909	1,0	15,2	8,0
Pernambuco	8.411	3,1	10.164	3,5	20,8	13,3
Piauí	1.920	0,7	2.144	0,7	11,7	4,7
Rio Grande do Norte	2.842	1,0	3.219	1,1	13,3	6,2
Sergipe	1.852	0,7	1.969	0,7	6,4	-0,3
Nordeste <sup>2</sup>	40.870	15,1	45.681	15,5	11,8	4,8
Brasil <sup>2</sup>	270.732	100,0	293.931	100,0	8,6	1,8

**Fonte:** BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

**Notas:** 1. Índice de Inflação utilizado, IPCA. 2. Novembro e dezembro de 2011, previsões da equipe BNB/Etene.

O crescimento de 20,8% na arrecadação de Pernambuco é consequência do bom desempenho dos setores terciário e petróleo, que observaram evoluções de 29,7% e 20,7%, respectivamente. Os dois setores representaram 73,7% da arrecadação média do ICMS do Estado, no período analisado. No Maranhão, deveu-se, principalmente, ao avanço de 21,3% na arrecadação do setor terciário, que responde por 43,6% do total do ICMS estadual. No caso do Rio Grande do Norte, a variação somente não foi maior devido ao baixo crescimento do setor de energia (2,5%), que representa 8,4% da arrecadação, e à queda de 35,1% no setor de petróleo, que corresponde a 3,4% da arrecadação global. Os setores primário, secundário e terciário cresceram 17,3%, 21,8% e 14,1%, respectivamente. Eles representam 88% da arrecadação.

O tímido avanço do ICMS em Sergipe (6,3%) se deveu, principalmente, ao baque de 84,6% na arrecadação da dívida ativa, cuja participação no total caiu de 3,8%, em 2010, para 0,6%, em 2011. Em Alagoas, a variação negativa observada no período analisado deveu-se, em especial, à queda de 19,7% no setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, o qual representa 14% do ICMS do Estado.

Associe-se a este fato, a redução significativa no ICMS dívida ativa (82,9%), que arrecadou R\$ 39,4 milhões, em 2010, e apenas R\$ 6,8 milhões na previsão para 2011, bem como o crescimento de apenas 1% na arrecadação do setor primário, que responde por 20,9% do ICMS total.

O nível de concentração espacial de renda, no Brasil, pode ser visto por diversos prismas. A arrecadação do ICMS também possibilita essa visão. Os dez estados com maiores arrecadações desse tributo detêm juntos, 81,5%, em média, do total recolhido no País (Tabela 2). Pelas contas regionais de 2009 (IBGE), a economia desses dez estados corresponde a 81,2%, do PIB brasileiro. O grupo inclui todos os estados do Sul e do Sudeste, mais Bahia, Pernambuco e Goiás.<sup>3</sup>

**Tabela 2 - Principais Estados Arrecadadores do ICMS (R\$ milhões)<sup>1</sup>**

Estados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 <sup>2</sup>	Média 2005 - 2010
São Paulo	68.682	74.676	78.786	90.016	88.273	98.849	85.432	83.214
Rio de Janeiro	18.046	19.136	19.545	21.044	21.493	24.639	21.061	20.651
Minas Gerais	21.057	21.998	24.107	27.404	25.134	29.119	24.330	24.803
Rio Grande do S	15.313	15.274	15.285	17.496	16.974	19.165	16.200	16.585
Paraná	11.796	11.977	12.577	13.885	13.876	14.857	13.007	13.161
<b>Bahia</b>	<b>10.543</b>	<b>11.121</b>	<b>11.148</b>	<b>12.089</b>	<b>11.411</b>	<b>13.009</b>	<b>11.045</b>	<b>11.553</b>
Santa Catarina	7.854	7.976	8.513	9.371	9.596	11.100	10.203	9.068
<b>Pernambuco</b>	<b>5.808</b>	<b>6.288</b>	<b>6.753</b>	<b>7.324</b>	<b>7.722</b>	<b>9.004</b>	<b>8.316</b>	<b>7.150</b>
Goiás	5.686	6.072	6.523	7.246	7.554	8.752	7.948	6.972
Espírito Santo	6.242	6.581	7.330	8.257	7.509	7.459	7.163	7.230
Total	171.027	181.099	190.566	214.134	209.543	235.951	204.704	200.387
Brasil	208.932	222.388	233.978	263.265	257.881	289.931	251.107	246.063
Participação %	81,9	81,4	81,4	81,3	81,3	81,4	81,5	81,5

**Fonte:** BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

**Nota:** 1. A preços do último mês (IPCA) – outubro de 2012.  
2. Valores de 2011, de janeiro a outubro.

## 6.2 - Fundos Constitucionais

<sup>3</sup> Pelas contas regionais de 2009, o Distrito Federal entraria no grupo dos dez maiores PIB estaduais, ocupando a 7ª posição no lugar do Espírito Santo, que passa a ocupar a 11ª posição.

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação.<sup>4</sup> A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Com relação ao FPE, a previsão para 2011<sup>5</sup>, com relação a 2010, mostra uma expansão de 17,6% dos recursos em termos reais<sup>6</sup>, indicando que o momento conjuntural das arrecadações federais destoa da estimativa de crescimento da atividade econômica do País, em 2011 (em torno de 3,5%). Isto pode decorrer de um aumento da produtividade fiscal, inclusive, com redução da evasão. Como a previsão de 2011 se restringiu ao mês de dezembro, não se pode falar em superestimação para as arrecadações estabelecidas.

A Tabela 3 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste, observando-se crescimento de 25,4% no período 2010/2011. A previsão do Tesouro Nacional, para 2012, sinaliza avanço de 12,4% com relação a 2011<sup>7</sup>.

**Tabela 3 - FPE - Fundos de Participação dos Estados – Nordeste – R\$ Milhões**

---

<sup>4</sup> Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

<sup>5</sup> O mês de dezembro de 2011 foi estimado pela equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

<sup>6</sup> Foi utilizado o IPCA, índice médio de 2010 e 2011.

<sup>7</sup> A projeção consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2012.

Estados /Região	2010	2011 <sup>1</sup>	Previsão 2012 <sup>2</sup>	Participação
Alagoas	1.623	2.036	2.289	4,2
Bahia	3.667	4.599	5.171	9,4
Ceará	2.863	3.591	4.038	7,3
Maranhão	2.817	3.533	3.972	7,2
Paraíba	1.869	2.344	2.635	4,8
Pernambuco	2.693	3.378	3.797	6,9
Piauí	1.686	2.115	2.378	4,3
Rio Grande do Norte	1.630	2.045	2.299	4,2
Sergipe	1.622	2.034	2.287	4,2
Nordeste	20.470	25.676	28.867	52,5
Brasil	39.024	48.949	55.031	100,0

**Fonte:** BRASIL, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

**Notas:** 1. Valores de dezembro de 2011, estimados Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.  
2. Previsão Tesouro Nacional; os valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao Fundeb.

Sobre as transferências do FPM, o seu crescimento real é praticamente igual ao do FPE, 17,7%, conforme indicado na Tabela 4. Dentre os fatores que prejudicam a uniformidade das variações do FPM destacam-se as mudanças nos coeficientes de distribuição do FPM de um ano para o outro, bem como eventuais bloqueios de repasses decorrentes da maior vulnerabilidade dos municípios a não observância das contrapartidas das transferências.

**Tabela 4 - FPM - Fundos de Participação dos Municípios – Nordeste - R\$ Milhões**

Estados/Regiões	2010	2011 <sup>1</sup>	Previsão 2012 <sup>2</sup>	Variação %		Participação média
				2011/2010	2012/2011	
Alagoas	1.023	1.286	1.448	25,6	12,6	2,4
Bahia	3.911	4.958	5.580	26,8	12,5	9,1
Ceará	2.245	2.818	3.174	25,5	12,6	5,2
Maranhão	1.792	2.247	2.531	25,4	12,6	4,2
Paraíba	1.390	1.745	1.965	25,5	12,6	3,2
Pernambuco	2.162	2.710	3.051	25,3	12,6	5,0
Piauí	1.140	1.388	1.549	21,7	11,6	2,6
Rio Grande do Norte	1.085	1.361	1.532	25,5	12,6	2,5
Sergipe	626	786	885	25,6	12,6	1,5
Nordeste	15.374	19.299	21.716	25,5	12,5	35,7
Brasil	43.069	54.025	60.791	25,4	12,5	100

**Fonte:** BRASIL, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

**Notas:** 1. Valores dez. 2011 estimados pelo BNB/Etene.

2. Previsão do Tesouro Nacional, já descontados valores da parcela de 20% destinada ao Fundeb.

Segundo a Tabela 5, as atualizações dos parâmetros de cálculo do FPM do exercício 2010 para 2011 foram favoráveis às capitais do Nordeste, a exceção de Teresina. A variação real média para as capitais do Nordeste foi da ordem de 19%. Vale atentar para as diferenças significativas de incremento entre Salvador (32,1%) e Teresina (0,3%), destoando das demais capitais. A razão se dá nas mudanças dos coeficientes para o cálculo do FPM, como observado no parágrafo anterior.

**Tabela 5 - FPM - Fundo de Participação dos Municípios - Capitais do Nordeste - R\$ Milhões**

Capitais/Regiões	2010	2011 <sup>1</sup>	Previsão 2012 <sup>2</sup>	Variação %		Participação média
				2011/2010	2012 <sup>2</sup> /2011	
Maceió	224	284	320	26,9	13,0	5,2
Salvador	322	454	513	40,9	13,0	8,1
Fortaleza	447	567	641	26,9	13,0	10,5
São Luís	224	284	320	26,9	13,0	5,2
João Pessoa	179	227	256	26,9	13,0	4,2
Recife	250	318	359	26,9	13,0	5,9
Teresina	224	239	256	7,0	7,2	4,6
Natal	143	182	205	26,9	13,0	3,4
Aracaju	114	145	164	26,9	13,0	2,7
Nordeste	2.127	2.699	3.036	26,9	12,5	49,8
Brasil	4.307	5.404	6.079	25,5	12,5	100,0

**Fonte:** BRASIL, 2012C. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

**Notas:** 1. Valores de dezembro 2001 estimados pela equipe BNB/Etene - Conjuntura Econômica.

2. Valores já com desconto da parcela de 20% destinada ao FUNDER.

### 6.3 - Transferências Voluntárias

Até novembro de 2011, as transferências voluntárias da União para os entes federados continuaram bem abaixo do nível observado no mesmo período de 2010, sendo 30,1% menores, como mostrado na Tabela 6. Em termos reais, a redução foi de 34,5%<sup>8</sup>.

No Nordeste, o recuo nas transferências foi mais grave: -46,1% nominais e -40,4%, em termos reais. Foi a região a apresentar a maior perda. Entre os estados nordestinos, as maiores quedas ocorreram em Alagoas (77,5%) e Pernambuco (60%).

A redução influi negativamente nas finanças dos estados e municípios, valendo salientar que naqueles as perdas alcançaram 42,9% contra 20,3% dos municípios. No caso do Nordeste, considerado o acumulado deste ano até novembro em relação ao mesmo período de 2010, as reduções foram de 69,8% e 21,6%, para estados e municípios, respectivamente.

<sup>8</sup> O índice utilizado foi o IPCA (índices médios acumulados até novembro de 2010 e 2011), como anteriormente.

A queda menor para os municípios é um fator positivo, dado os seus altos níveis de dependência financeira dessas transferências em comparação com os estados.

**Tabela 6 - Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União em 2011 (R\$ Milhões)**

Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências				
	2010 (A)	2011 (B)	2010 (C)	2011 (D)	2010 (A+C)	Part %	2011(B+D)	Part%	Varição 2011/2010 (%)
<b>Nordeste</b>	2.577,2	2.019,4	2.663,8	805,2	5.241,0	45,7	2.824,6	35,2	-46,1
Alagoas	152,9	109,4	584,3	56,5	737,2	6,4	165,9	2,1	-77,5
Bahia	759,3	523,2	370,4	200,7	1.129,7	9,8	723,9	9,0	-35,9
Ceará	429,5	347,2	215,8	91,4	645,3	5,6	438,6	5,5	-32,0
Maranhão	302,9	285,8	153,0	65,3	455,9	4,0	351,2	4,4	-23,0
Paraíba	184,9	153,0	130,7	77,5	315,6	2,7	230,5	2,9	-27,0
Pernambuco	364,7	291,0	789,3	170,7	1.154,1	10,1	461,7	5,8	-60,0
Piauí	146,3	127,9	203,6	57,7	349,9	3,0	185,5	2,3	-47,0
Rio Grande do Norte	145,7	120,8	135,2	57,4	280,9	2,4	178,3	2,2	-36,5
Sergipe	91,0	61,1	81,4	28,0	172,3	1,5	89,1	1,1	-48,3
<b>Norte</b>	571,6	548,9	550,3	296,5	1.121,8	9,8	845,4	10,5	-24,6
<b>Sul</b>	978,5	669,1	354,5	447,6	1.333,0	11,6	1.116,8	13,9	-16,2
<b>Sudeste</b>	1.983,3	1.604,7	1.131,9	1.034,6	3.115,2	27,1	2.639,3	32,9	-15,3
<b>Centro - Oeste</b>	368,1	321,7	299,1	272,1	667,2	5,8	593,8	7,4	-11,0
<b>Brasil</b>	6.478,6	5.163,9	4.999,5	2.856,1	11.478,2	100,0	8.020,0	100,0	-30,1

**Fonte:** BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

A redução das transferências em âmbito nacional também está associada aos esforços do governo federal para conter gastos e aumentar o superávit fiscal, diante do cenário de crise internacional. A expectativa é que este cenário se manterá para 2012.

O Tesouro Nacional apresentou as transferências corrigidas pelo IPCA, no período janeiro-novembro de 2007 a 2011. No quadro se observa um aumento contínuo até 2010, com média real de 6,7% ao ano, e queda real de 34,5% em 2011.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias, no período janeiro a novembro de 2011, estão nos ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e da Integração Nacional. Eles realizaram 85% do total das transferências. Os principais programas são: Brasil Escolarizado, 62,3%; Proteção Social Básica, 6,6%; Respostas aos Desastres e Reconstrução, 5,6%; Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, 4,7%; Transferência de Renda com Condicionalidades – Bolsa Família, 2,8% e Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade, 2,8%. As transferências destes ministérios para o Nordeste, no período analisado de 2011, estão apresentadas na Tabela 7.

**Tabela 7 – Fluxos de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios (R\$ milhões)**

Região/Estados	Educação		Des. Social e Combate a Fome		Integração Nacional		Total dos três Ministérios	
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa
<b>Nordeste</b>	1.852,9	65,6	824,2	29,2	52,3	1,9	2.729,4	96,6
Alagoas	95,0	57,3	58,7	35,4	6,7	4,0	160,3	96,6
Bahia	517,0	71,4	185,7	25,7	1,7	0,2	704,4	97,3
Ceará	303,4	69,2	118,3	27,0	2,9	0,7	424,6	96,8
Maranhão	230,8	65,7	105,2	30,0	0,0	0,0	336,0	95,7
Paraíba	132,2	57,3	76,0	33,0	7,9	3,4	216,1	93,7
Pernambuco	283,1	61,3	133,2	28,9	29,4	6,4	445,7	96,5
Piauí	122,1	65,8	57,0	30,7	3,8	2,0	182,8	98,6
Rio Grande do Norte	116,9	65,6	56,7	31,8	0,0	0,0	173,6	97,4
Sergipe	52,5	59,0	33,4	37,5	0,0	0,0	85,9	96,5

**Fonte:** BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

#### **6.4 – Aplicações de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste**

O crédito é um elemento importante para a viabilização do crescimento econômico, dando suporte para a implantação de empreendimentos produtivos e a comercialização de bens e serviços. A manutenção dos fundamentos macroeconômicos e a política monetária garantindo a estabilidade monetária propiciaram um cenário consistente para elevar o ritmo de expansão do crédito no país, principalmente no Nordeste, região mais favorecida pelas transferências de

renda e emergência das classes D e C. Em 2006, no Brasil e Nordeste, a relação crédito/PIB era, respectivamente, 31,8% e 26%. A perspectiva é que, em 2011, essa relação atinja 50,7% e 49%, respectivamente.

O saldo total das operações de crédito no Brasil, em 2011, deve chegar a R\$ 2,1 trilhões,<sup>9</sup> dos quais R\$ 1,4 trilhão são recursos das agências oficiais de fomento. Esse dado denota o papel relevante dos bancos públicos no financiamento da produção e consumo. A participação média dos bancos públicos no total do crédito, no período 2006/2011, foi de 54,4% no Brasil e 66,6% no Nordeste.

Além da função clássica de intermediação da liquidez e poupança do sistema econômico, os bancos públicos são quase o único canal de acesso ao crédito de longo prazo para atividades produtivas. As instituições voltadas para esse tipo de financiamento são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atua em todas as regiões do país; o Banco do Nordeste do Brasil, com jurisdição nos nove estados da região e parte de Minas e do Espírito Santo; o Banco da Amazônia, que operacionaliza o fundo constitucional da região Norte (FNO) e o Banco do Brasil, que tem o fundo constitucional do Centro-Oeste (FCO).

As tabelas a seguir detalham as aplicações dos bancos públicos no período janeiro-outubro, comparado com o ano de 2011. Um dos indicadores analisados é o Prazo Médio de Recebimento das Aplicações – Pmr, que avalia o prazo médio de recebimento das aplicações, em relação às concessões do período. Este indicador, para o setor privado, associado ao Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores indica o grau de liquidez e o nível da saúde financeira da empresa. Para os bancos públicos, principalmente os que têm em sua carteira um volume relevante de financiamentos de longo prazo, ele se propõe a avaliar os prazos

---

<sup>9</sup> Incluímos os fundos constitucionais, FNE e FNO, junto ao crédito direcionado e recursos livres.

entre os tipos de financiamentos para os setores, permitindo discutir a diferença entre os mesmos.

A Tabela 8 detalha as operações de crédito das agências oficiais de fomento por região, até o quinto bimestre de 2011. Tais aplicações estão em consonância com as prioridades e metas da administração federal, e com as disposições constantes na Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (LDO 2011). Conforme essa tabela, o Nordeste foi a região que menos cresceu em aplicações, fato explicável pela menor relação volume de concessões em 2011 pelo saldo de 2010.

Esse menor crescimento nas concessões reflete-se no Prazo Médio de Recebimento das Aplicações (Pmr)<sup>10</sup>, em que a região tem o maior indicador, sendo precisos 555 dias (cerca de ano e meio), em média, para receber o saldo do crédito concedido. Deve-se salientar que o Pmr da região é bastante influenciado pelo Pmr do BNDES e do BNB, com será comentado mais adiante.

**Tabela 8 - Agências Oficiais de Fomento - Crédito por Região (R\$ milhões)**

Regiões	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Outubro de 2011				Pmr	Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %		
Norte	58.342	39.642	22.987	74.997	6,5	505	28,5
Nordeste	142.326	81.563	64.612	159.277	13,9	555	11,9
Sudeste	534.315	327.016	233.759	627.572	54,6	533	17,5
Sul	157.412	107.680	81.218	183.874	16,0	475	16,8
Centro-Oeste	90.185	64.897	51.350	103.732	9,0	448	15,0
Brasil	982.580	620.798	453.926	1.149.451	100,0	515	17,0

**Fonte:** BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

**Notas:** Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido. Var. % =

<sup>10</sup> O Pmr nos dá a estimativa do tempo médio necessário para que a instituição receba o saldo das operações de crédito

$$(Pmr = (\text{saldo médio do período}) / (\text{concessões do período}) \times n^\circ \text{ de dias do período})$$

Varição entre o saldo de 31 de outubro de 2011 e o saldo de 31 de dezembro de 2010.

A Tabela 9 traz as aplicações dos bancos públicos por estado da região Nordeste, permitindo detalhar a causa do menor crescimento da região (11,9%) ante as demais. A variação das operações nos três maiores estados (Bahia, Pernambuco e Ceará), que detêm 65,6% do total das aplicações regionais, ficou abaixo da média regional. As taxas foram de 9,9%, 8,4% e 11,5%, respectivamente. Esses estados, mais o Maranhão, têm os mais altos Pmr.

Os únicos estados nordestinos com expansão de crédito acima da média nacional, no período analisado, foram Alagoas e Rio Grande do Norte, com crescimentos de 22,5% e 23,5%, respectivamente.

**Tabela 9 - Agências Oficiais de Fomento - Crédito na Região Nordeste (R\$ milhões)**

Região/Estado	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Outubro de 2011					Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %	Pmr (dias)	
Nordeste	142.326	81.563	64.612	159.277	100,0	555	11,9
Alagoas	5.780	4.437	3.138	7.079	4,4	435	22,5
Bahia	40.770	21.887	17.870	44.786	28,1	586	9,9
Ceará	24.147	12.646	9.881	26.912	16,9	606	11,5
Maranhão	12.994	6.990	5.280	14.704	9,2	594	13,2
Paraíba	7.115	5.203	4.113	8.205	5,2	442	15,3
Pernambuco	30.216	16.060	13.534	32.741	20,6	588	8,4
Piauí	7.305	3.930	3.337	7.897	5,0	580	8,1
Rio Grande do Norte	8.528	6.904	4.899	10.533	6,6	414	23,5
Sergipe	5.472	3.505	2.559	6.419	4,0	509	17,3

**Fonte:** BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura econômica.

**Nota:** Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido. Var. % = Variação entre o saldo de 31 de outubro de 2011 e o saldo de 31 de dezembro de 2010.

As aplicações dos bancos públicos na região Nordeste constam da Tabela 10. Observa-se o baixo crescimento das aplicações na maioria das instituições, a exceção de Caixa Econômica Federal e FINEP (que não é relevante). No período

janeiro – outubro de 2011, a Caixa participou com 19,4% do total das aplicações da região, com alta de 30,8%, fora do padrão nacional e das regiões.

Observe-se que a região Norte foi a que mais cresceu (28,5%). Outro fato a ressaltar é o alto Pmr do BNB e do BNDES: 1.738 dias (4,8 anos) e 1.040 dias (2,9 anos), respectivamente, sendo o primeiro 67% maior que o Pmr do BNDES. São as duas instituições em que as aplicações de longo prazo são relevantes em suas carteiras.

As duas outras grandes instituições oficiais, Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), têm um Pmr abaixo de um ano, apesar de os financiamentos habitacionais representarem mais que 60% da carteira da CEF. Uma das razões é que as BB e CEF apresentam, no período analisado, uma relação entre os recebimentos e o saldo médio das operações de 93% e 81%, respectivamente. Essa relação para o BNDES e BNB fica em 19% e 11%, respectivamente.

**Tabela 10 - Crédito por Agência na Região Nordeste (R\$ milhões)**

Região/Agências	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Outubro de 2011				Pmr (dias)	Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %		
Nordeste	142.326	81.563	64.612	159.277	100,0	555	11,9
Banco do Brasil	30.405	30.666	28.952	32.118	20,2	306	5,6
Caixa Econômica Federal	23.632	29.049	21.761	30.920	19,4	282	30,8
BNDES/Finame	47.493	14.441	9.287	52.647	33,1	1040	10,9
BASA	319	144	169	295	0,2	638	-7,8
BNB	40.272	7.190	4.412	43.050	27,0	1738	6,9
Finep	205	72	30	247	0,2	942	20,7

**Fonte:** BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura econômica.

**Notas:** Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido. Var. % = Variação entre o saldo de 31 de outubro de 2011 e o saldo de 31 de dezembro de 2010. Finep: Financiadora de estudos e Projetos.

A Tabela 11 mostra as aplicações do BNB por setor e porte, possibilitando melhor observação quanto à composição do Pmr do banco: 1.738 dias (4,8 anos). O setor rural é o que mais contribui para o alto Pmr do BNB. As aplicações do setor estão quase todas nas mãos do BNB. De fato, o total do saldo médio das operações de crédito rural, no período, totalizou R\$ 21 bilhões e o BNB detém 81% desse saldo. Esse setor representa 41% da carteira média do Banco no período, e seu Pmr é de 7.515 dias (20,9 anos), um prazo 6,2 vezes maior que o segundo setor (indústria – 1.265 dias). Os recebimentos foram apenas 7,9% do saldo médio do período e observou-se uma queda de 3,8% das aplicações no ano, comparado com 2010.

Ao verificar as aplicações pelo porte, observa-se que os microempreendimentos representam 20,5% da carteira do Banco do Nordeste. Seu Pmr é de 4.928 dias (13,7 anos), maior 2,7 vezes que o segundo colocado, os pequenos empreendimentos. Os dados mostram também que as aplicações do BNB estão divididas quase ao meio, entre o segmento dos grandes e os de micros, pequenos e médios empreendimentos.

**Tabela 11 - BNB - Participação por Setor e Porte (R\$ milhões)**

Região/Estado	Saldo 31/12/2010	Janeiro - Outubro de 2011					Var. %
		Concedidas	Recebimentos	Saldo	Part. %	Pmr (dias)	
Rural	17.381	681	1.341	16.720	38,8	7515	-3,8
Indústria	11.461	2.912	1.269	13.104	30,4	1265	14,3
Comércio e Serviços	9.471	3.082	1.563	10.990	25,5	996	16,0
Outras Aplicações	1.960	516	239	2.236	5,2	1221	14,1
Micro	9.981	572	1.740	8.813	20,5	4928	-11,7
Pequeno	4.364	753	281	4.836	11,2	1832	10,8
Médio	5.481	1.397	353	6.525	15,2	1289	19,1
Médio-Grande	0	11	5	6	0,0	78	-
Grande	20.447	4.457	2.034	22.870	53,1	1458	11,9
Total	40.272	7.190	4.412	43.050	100,0	1738	6,9

**Fonte:** BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura econômica.

**Notas:** Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido. Var. % = variação entre o saldo de 31 de outubro de 2011 e o saldo de 31 de dezembro de 2010.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: jan. 2012a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)>. Acesso: jan. 2012b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_voluntarias.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp)>. Acesso: jan. 2012c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento de Investimento 2010 e 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: jan. 2012d.